**DESCAMINHO DA ROÇA:** Após a escola ter sido banhada por agrotóxicos, Iturival Cruvinel e sua filha, Sara, apresentaram problemas de saúde

# ENVENENADOS

REPORTAGEM | **TIAGO MALI**

TODOS OS ANOS, MILHARES DE HABITANTES DO CAMPO SÃO INTOXICADOS POR AGROTÓXICOS. ALUNOS ATINGIDOS POR PESTICIDAS, RESÍDUOS NO LEITE MATERNO E ALTA EM TAXAS DE CÂNCER ACENDEM UM ALERTA ENTRE PESQUISADORES SOBRE FALTA DE CONTROLE DAS SUBSTÂNCIAS NO BRASIL

FOTO | **Cristiano Borges/Editora Globo**

Lorrana, 9 anos, brincava no balanço. Sua prima Luana, 11, no gira-gira. Outras crianças lanchavam galinhada com milho verde; um grupo jogava bola na quadra. Às 9 e 15 da manhã de 3 de maio, boa parte dos alunos da escola do assentamento rural Pontal dos Buritis, em Rio Verde (GO), estava na hora do recreio. O sol era forte, como sempre, até uma estranha garoa cair sobre o local. Pelo alto, um avião agrícola despejava o agrotóxico Engeo Pleno, usado para matar insetos, sobre o colégio. Alunos e professores foram atingidos pela substância. Trinta e sete foram parar no hospital com dor de cabeça intensa, falta de ar, vômito, náusea e alergia. Todos intoxicados.

O episódio jogou luz em denúncias sobre falta de controle no uso de pesticidas feitas nos últimos dois anos por pesquisadores de instituições como a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o Instituto Nacional do Câncer (Inca) e a Universidade de Brasília (UnB). Em documento recente, eles compilaram indícios de contaminação ambiental em diversas regiões do Brasil — do Ceará ao Rio Grande do Sul. Aumento nas incidências de câncer, de depressão e de suicídios foram identificados em estudos epidemiológicos. Para muitos dos examinadores, a presença dos agrotóxicos estaria relacionada a esses — e outros — males. Por isso, muitos se aproximaram da Campanha Permanente Contra o Uso de Agrotóxicos e Pela Vida, criada em 2011 por movimentos sociais para pressionar pelo banimento de substâncias proibidas em outros países.

GALILEU esteve em áreas rurais com registros de mau uso das substâncias em Goiás, Mato Grosso e Rondônia e constatou uma série de problemas relacionados aos pesticidas empregados na produção da nossa comida. Conversamos com pessoas afetadas diretamente por eles, com pesquisadores, membros da Anvisa e representantes da indústria química. As histórias a seguir são uma pequena parte dos percalços passados no Brasil pela falta de controle apropriado dos agroquímicos.

**CONTAGIOSO:** Lorrana e Luana com sua avó, Arlete Borges, que passou mal ao ver as duas no hospital

## Os "envenenados" de Rio Verde

Quando o avião passou pela primeira vez sobre a escola, a aula de Geografia do primeiro ano do Ensino Médio estava no fim, e Talya Faria, 15 anos, ouvia o professor explicar o trabalho pra casa. "Ele dividiu a sala em dois grupos. Um ia defender o uso de agrotóxicos, outro ia argumentar que era ruim." Talya estava no primeiro grupo. Após o barulho do avião cessar, o professor terminou a explicação.

Do lado de fora, o rasante da aeronave cobriu de pequenas gotas o braço do diretor, Hugo Alves dos Santos. Acompanhado de crianças, ele continuou comendo o lanche, onde a substância também havia pingado. Até que a ficha caiu. Alunos no pátio, no playground e na quadra estavam banhados de agrotóxico. Às pressas, começaram a ser retirados para a secretaria. O diretor Hugo, um dos primeiros a ser atingido, passava mal. "Fiquei sem ar, sufocava, parecia que ia morrer." "Dava pra escutar ele vomitando no banheiro", diz Sara Cruvinel, 16 anos, que também sentiu mal-estar. Renata dos Santos, 15, mesmo com falta de ar, ajudava a coordenadora da escola a lavar as crianças menores. "Ela ligou pro Samu chorando."

Os alunos descrevem um cenário desolador. "Tinha crianças no chão coçando, vomitando, gente desmaiando, vários passando mal", lembra Sara. Um dos pequenos, Isaque, coçou tanto a barriga que a deixou coberta de escoriações. Ao todo, 29 crianças e 8 professores foram levados até o hospital da cidade de Montividiu, a 57 quilômetros, a mais próxima dali. De acordo com o Ministério Público, contando com os casos não levados ao hospital imediatamente, foram 92 intoxicações (18 adultos e 74 crianças e adolescentes). Também houve casos de alunos que, atingidos, não tiveram problema. Na volta às aulas, uma semana depois, a substância ainda estava no ambiente. "Todos os dias tinha criança passando mal e sendo levada pro hospital", afirma Hugo. "Essa substância fica até 100 dias; as crianças provavelmente estavam se reintoxicando ao voltar para a escola", diz a médica e pesquisadora da Fiocruz Lia Giraldo, parte de uma comissão de especialistas que visitou o colégio no final de junho. Após a visita, as aulas foram suspensas até que uma desinfecção apropriada ocorresse, já em julho, férias escolares.

Três meses depois, Talya, Vanessa, Renata e outras crianças voltam quase toda a semana aos médicos se queixando de mal-estar. Vanessa foi internada 3 vezes. Renata coleciona remédios diferentes a cada consulta. "Temos 12 crianças que ainda passam mal com frequência", diz Hugo. "Há um temor que isso gere problemas de longo prazo.

AS CRIANÇAS CORRERAM ATRÁS DO AVIÃO, QUE PULVERIZAVA AGROTÓXICOS SOBRE ELAS E OS OUTROS ESTUDANTES NO PLAYGROUND E NA QUADRA. APÓS 15 MINUTOS, ALUNOS ESTAVAM NO CHÃO SE COÇANDO FRENETICAMENTE, VOMITANDO. ALGUNS DESMAIARAM

FOTO | Cristiano Borges/Editora Globo

É preciso fazer um acompanhamento de males que podem demorar décadas a aparecer", diz a doutora em saúde pública Karen Friedrich, outra integrante da comissão que foi a Rio Verde depois das intoxicações. Os males de longo prazo mencionados por Karen são chamados de intoxicação crônica, e acontecem após exposição prolongada e reiterada às substâncias, podendo aparecer até 20 anos depois. Eles incluem problemas graves, como câncer, lesões hepáticas, doenças no sistema nervoso, distúrbios hormonais e malformação fetal. Como o efeito não é imediato, são muito difíceis de serem identificados, o que gera um debate entre pesquisadores (*veja à frente no quadro Danos à saúde*).

Os sintomas que apareceram até agora na população, como vômitos, dores de cabeça intensa e grande falta de ar são chamados de intoxicação aguda, e ocorrem após o contato direto com concentrações elevadas da substância. Eles precisam ser acompanhados, o que não está acontecendo de acordo com os atingidos. Muitos afirmam que sofrem preconceito dos próprios médicos e de outras pessoas. "Eles dizem: lá vêm os envenenados de novo", conta Sara. Um dos pedidos do Ministério Público foi que os profissionais de saúde da região fossem comunicados mais especificamente sobre a condição dos moradores. Entre pesquisadores da área, existe o consenso de que médicos estão mal preparados para identificar e lidar com as intoxicações por agrotóxicos.

Talya é uma das que continua a sentir enjoo, dor de cabeça muito forte e dificuldade de respirar pela noite, mesmo após três meses. "Nunca tinha tido isso antes."

O MEDO É QUE UMA EXPOSIÇÃO PROLONGADA A AGROTÓXICOS DESENCADEIE PROBLEMAS A LONGO PRAZO, COMO CÂNCER, LESÕES HEPÁTICAS, MALFORMAÇÃO FETAL OU PROBLEMAS NO SISTEMA NERVOSO

**O PRIMEIRO A CAIR:** Hugo dos Santos, diretor da escola banhada de agrotóxicos, vomitou e sentiu falta de ar até ser levado ao hospital

Ela não terminou o trabalho de Geografia no qual deveria defender o uso de agrotóxicos. "Não deu, fiquei passando mal e faltei muitos dias na escola depois disso."

## AS CIDADES CONTAMINADAS

As ruas de Lucas do Rio Verde são novas e arborizadas. Praças bem conservadas, escolas recém-erguidas, unidades de saúde em construção e boa infraestrutura urbana deixam uma boa primeira impressão da cidade. Cartão de visitas de Mato Grosso, Lucas atrai imigrantes e está, segundo o IBGE, entre as cidades cuja população mais cresce no Brasil. O boom está relacionado à expansão do agronegócio na região, que fez do município um grande produtor de soja e de milho. Movida por um sistema intensivo no uso de pesticidas, essa expansão passou também a ser relacionada à contaminação do meio ambiente.

Uma série de pesquisas que começou a ser divulgada em 2010 pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e pela Fiocruz é a responsável pelo alerta. Foram identificados agrotóxicos em amostras de chuva, no ar, na água consumida pela população, na urina de crianças e de professores e no leite materno de 62 nutrizes (20% de todas as mães de recém-nascidos, segundo os pesquisadores). Também havia traços de agrotóxicos em sapos, e o índice de malformação nos anfíbios era superior ao da população de controle de outra cidade, onde não havia contaminação por agrotóxico.

O estudo das nutrizes é o que ainda gera mais repercussão. Foram identificados resíduos de agrotóxicos no leite de todas as mães sendo que, na maioria delas, havia mais de uma substância. "Sabe por que não há normatização dizendo o máximo de agrotóxico a ser encontrado na chuva, no ar e no leite materno? Porque não deveria ter nada! É muito preocupante", afirma o doutor em saúde pública Wanderley Pignati, professor da UFMT e um dos autores dos estudos. A pesquisa chegou a ser discutida numa audiência na Câmara dos Deputados em que a Andef (associação dos produtores de agrotóxicos) levou cientistas da Unicamp e da USP que contestaram a metodologia. O professor de Química Eduardo Peixoto, da USP, disse que havia problemas nos limites de detecção e no número de amostras analisadas. "Esses pesquisadores mostraram que há conduta ideológica na Fiocruz. Não se pode acreditar nos dados deles", diz Eduardo

## SEM PLANO DE VOO

### AGROTÓXICOS POR AVIÃO ATINGEM ESCOLAS, ÁGUA E HABITANTES RURAIS

A pulverização aérea, única com legislação específica no Brasil, deve se feita a no mínimo 500 metros de povoamento. Em Rio Verde, a distância não foi respeitada. Além disso, o agrotóxico era de aplicação proibida por avião. "Infelizmente, isso não é raro", diz o deputado Padre João (PT-MG), redator de relatório da Câmara sobre Consequências dos Agrotóxicos na Saúde.

O Sindicato das Empresas de Aviação Agrícola (Sindag) alega que foi uma exceção. No entanto, embora não exista registro confiável, queixas de problemas semelhantes se acumulam. Como em Pompéu (MG), onde a comunidade quilombola Saco do Barreira apresentou denúncia de contaminação da água do rio que os abastece e de quatro pessoas banhadas na passagem de um avião. Ou em Vila Valério (ES), onde uma lei municipal proibiu a pulverização aérea após a denúncia de uma escola atingida. Outro colégio foi banhado por pesticidas, denunciam moradores, em São Gotardo (MG). Há mais relatos também em Limoeiro do Norte (CE), Lucas do Rio Verde (MT) e Jequitinhonha (MG).

Agricultores de vizinhos a grandes fazendas também reclamam de danos às plantas pelo "vazamento" da pulverização. A Campanha Permanente Contra o Uso de Agrotóxicos e Pela Vida pede que esse tipo de aplicação seja banida, a exemplo do que já acontece na União Europeia. Eles citam dados da Embrapa dizendo que, como o vento é muito imprevisível, até 70% dos produtos podem não atingir o alvo. O Sindag contesta a análise. "Isso equivaleria dizer que os produtores rurais estariam jogando pelo ralo quase um quarto do investimento em defensivos."

FOTOS | Cristiano Borges/Editora Globo, Shutterstock

# OS DANOS À SAÚDE

## ESTUDOS INDICAM GRAVES RISCOS EM REGIÕES RURAIS, MAS NÃO SÃO CONSENSO ENTRE PESQUISADORES

O debate sobre o risco que a população corre por conta do uso mal fiscalizado de agrotóxicos no Brasil tornou-se mais intenso a partir de 2012, quando a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) reuniu um dossiê de 473 páginas com estudos relatando contaminações ambientais por agrotóxicos em regiões rurais do país — locais que também apresentavam mais doenças crônicas, como câncer, relacionadas aos químicos.

No entanto, as pesquisas epidemiológicas no dossiê não indicam uma relação direta de causa e efeito. "É muito difícil dizer com 100% de certeza. Mostramos fortes indícios e pedimos mais investigação, além de uma postura de mais precaução", diz o biólogo Fernando Carneiro, chefe do departamento de Saúde Coletiva da UnB e um dos organizadores da iniciativa.

"O dossiê pinçou estudos experimentais, alguns com metodologia fraca. Tem mais viés ideológico que científico", critica o toxicologista Ângelo Trapé, doutor em Saúde Pública pela Unicamp, que coordena um programa de saúde de populações expostas a múltiplos agrotóxicos. Trapé afirma que acompanhou, nos últimos 15 anos, a situação de 15 mil agricultores e que, durante esse tempo, não encontrou efeitos significativos de doenças crônicas pela exposição aos pesticidas. Para ele, sua pesquisa indica que não há motivo para preocupação, o oposto do que diz a Abrasco.

Já Ubirani Otero, gerente da área de Vigilância do Câncer Relacionado ao Trabalho no Inca, diz que há motivo para alerta. Ela cita uma revisão de estudos recente da American Cancer Society mostrando que trabalhadores rurais nos EUA apresentam taxas mais elevadas para 15 tipos diferentes de câncer. "É necessário fazer pesquisas mais detalhadas no Brasil, de coorte [que acompanham grupos em risco por décadas]", diz Ubirani. "Só que a literatura internacional já relata muito bem isso e há indícios graves no Brasil. Vamos esperar 20 anos com gente ficando doente até o estudo terminar?" A Abrasco trabalha em um dossiê latino-americano sobre o assunto. Por sua vez, Trapé diz que pretende produzir um documento com outros pesquisadores para apontar erros nas pesquisas citadas pela entidade.

Dahler, presidente da Andef. Pignati rebate as críticas. "Olhe para o conjunto de dados: identificamos que os cidadãos estão expostos no ar, na água, na chuva e nos alimentos. Você acha que é pouco? Não são todos, mas um percentual vai acabar adoecendo de câncer, ter malformação e distúrbios endócrinos."

As pesquisas começaram a partir de um episódio semelhante ao de Goiás. Em 2006, o sindicato de trabalhadores rurais denunciou uma pulverização aérea que atingiu a zona urbana de Lucas do Rio Verde. Na ocasião, lembrada como "chuva de agrotóxicos" pelos habitantes, hortas, canteiros e vegetação de vários locais amanheceram queimados e apodreceram. Sessenta e cinco chacareiros perderam sua produção e se mobilizaram. "Todos os anos as pulverizações estragavam nossas plantações. Daquela vez foi mais forte", lembra o agricultor Sérgio Muller. "Até hoje aguardamos na Justiça um ressarcimento", reclama Nilfo Wandscheer, presidente do Sindicato dos Trabahadores Rurais na época e um dos principais responsáveis pela organização dos agricultores na denúncia contra a pulverização.

Segundo Celito Mueller, líder dos chacareiros, não houve qualquer providência das autoridades locais. "Fomos denunciar ao prefeito, mas ele não deu atenção, até que os pesquisadores chegaram." O governante na época, Marino José Franz, é fazendeiro e dono da empresa Fiagril, que comercializa agrotóxicos. "Ainda se vê pulverização por máquinas perto da água, de córregos e de residências", diz Nilfo, mostrando fotos. De acordo com a lei do estado de Mato Grosso, elas deveriam estar a, no mínimo, 90 metros.

Quanto à pulverização aérea, os agricultores relatam que o problema diminuiu, mas se dizem preocupados com os efeitos de longo prazo da contaminação do ambiente para a saúde. "Mostramos que as três regiões que mais consomem agrotóxicos de Mato Grosso são justamente onde há mais incidência de doenças crônicas relacionadas aos produtos", afirma Pignati. Os chacareiros vizinho de fazendas também reclamam de não poderem produzir sem químicos. "As pragas deles voam todas pra cá. E, mesmo se quisesse, não dá pra tirar certificado de orgânico, o veneno acaba sempre nos atingindo."

### Movimento 21

Como em Lucas do Rio Verde, estudos constataram contaminação ambiental em Limoeiro do Norte, no Ceará. Tudo começou quando Raquel Rigotto, médica e pesquisadora da Universidade Federal do Ceará, identificou que, de 2004 para 2005, as internações por intoxicações por agrotóxicos na região passaram de 604 a 1.106, 83% a mais. A médica então reuniu 24 cientistas para estudar durante quatro anos a região que concentrava a maior parte dos novos casos, na chapada do Apodi. Três cidades com produção agrícola intensiva em agrotóxicos foram analisadas: Limoeiro do Norte, Russas e Quixeré.

Ao todo, foram examinados 545 trabalhadores rurais. Cerca de 30% deles apresentaram quadro descrito como de "provável intoxicação aguda por agrotóxicos no momento da entrevista, de acordo com os critérios da Organização Mundial de Saúde". Os pesquisadores também constataram que a taxa de mortalidade por câncer nos municípios era 38% acima da verificada em outras 12 cidades da região que não usam agrotóxicos. Além disso, foram constatados traços de pesticidas na água que servia os trabalhadores. Alguns locais chegavam a concentrar 12 substâncias diferentes. Para os pesquisadores, mesmo que os níveis não ultrapassassem o limite máximo permitido, a ciência não permite afirmar que há segurança na exposição a múltiplos agroquímicos de uma vez.

Durante a pesquisa, foram registradas mortes de agricultores que relatavam problemas com os pesticidas. Vanderlei Matos, que trabalhava manipulando agrotóxicos em Limoeiro do Norte, foi um deles. Morreu em 2008 deixando esposa e um filho de 1 ano. "Ele voltava do trabalho com náusea, dor de cabeça. Ficou fraco; não comia mais a quentinha", diz a viúva Gerlene Silva, hoje com 28 anos. Depois de procurar médicos locais que identificaram comprometimento do fígado, Vanderlei foi transferido para um hospital em Fortaleza, onde sobreviveu por mais 23 dias. "Ele usava equipamento de

**AMBIENTE HOSTIL:** Gerlene Silva perdeu o marido, que misturava agrotóxicos, no Ceará. À dir., Nilfo Wandscheer liderou movimento contra pulverização aérea

RESÍDUOS DE AGROTÓXICOS FORAM ENCONTRADOS NO AR, NA CHUVA, NA ÁGUA, NO SANGUE E NA URINA DA POPULAÇÃO DE POLOS DE AGRONEGÓCIO

FOTOS | Waleska Santiago/Agencia Diário, Tiago Mali/Editora Globo

# FALTA DINHEIRO, FALTA EQUIPE

## EUA TÊM MERCADO 24% MAIOR QUE BRASIL, MAS QUASE 20 VEZES MAIS TÉCNICOS

Em 2012, os Estados Unidos, maior mercado de agrotóxicos do mundo, movimentou US$ 12,9 bilhões. No Brasil, segundo maior, foram US$ 9,7 bilhões, só que com uma estrutura de regulação muito inferior.

Eles têm 18 vezes mais especialistas para avaliar agrotóxicos que o Brasil (*veja ao lado*), mas fazem a indústria pagar muito mais. "Houve um pacto. A indústria aceitou pagar mais, o que trouxe mais recursos para os órgãos reguladores. Aqui nada disso foi feito", diz o economista Victor Pelaez, da UFPR. "Há um projeto de lei que propõe aumento das taxas para pura e simplesmente contratar mais gente. Pra continuar tendo a ineficiência que tem? No way, não pagamos", diz Eduardo Dahler, presidente da Andef, que critica a demora para a aprovação. "A indústria estaria disposta a pagar, mas só se houvesse mudança de processo."

**EUA**

850 Técnicos para avaliação dos produtos



Preço do registro:

ATÉ US$ 630 MIL



**BRASIL**

46 Técnicos para avaliação dos produtos



Preço do registro:

ATÉ US$ 1 MIL

**UNIÃO EUROPEIA**

Técnicos: sem dados

Preço do registro:

ATÉ US$ 187 MIL (Alemanha)



ATÉ US$ 290 MIL (Reino Unido)

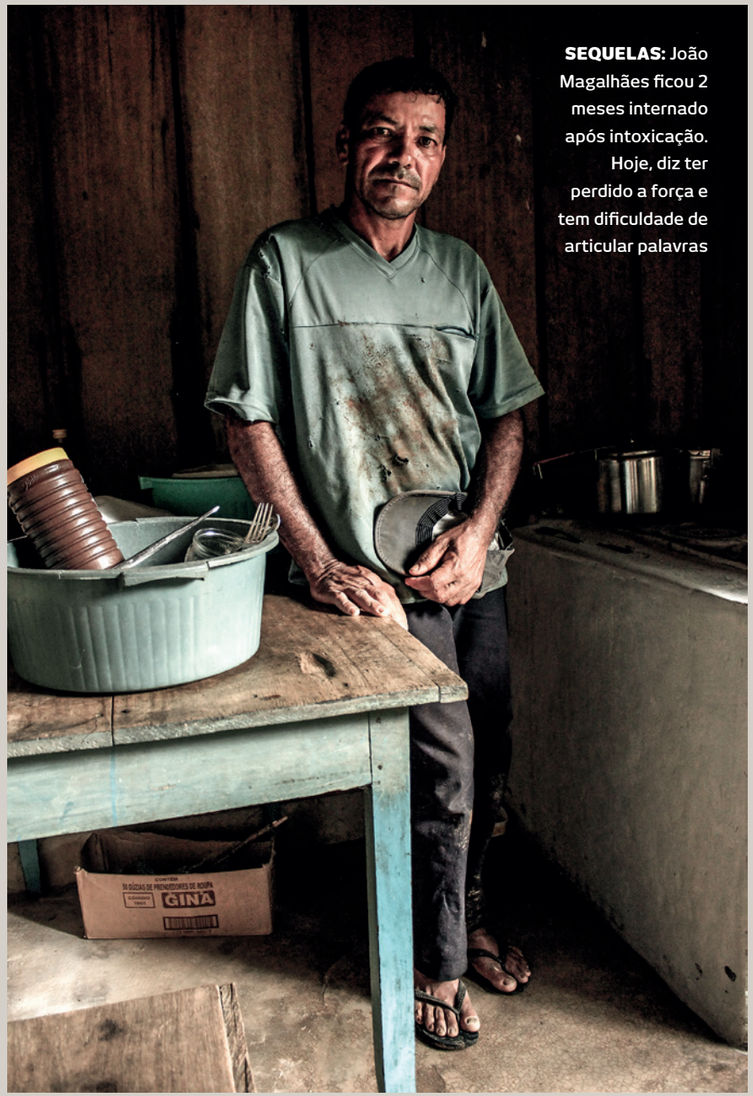


Fonte: *Regulation of pesticides: A comparative Analysis*, publicado em abril de 2013

proteção, mas não adiantava. Vários que trabalhavam lá também reclamavam", diz Gerlene, que aguarda posicionamento da Justiça quanto à indenização. Três médicos analisaram o óbito e concluíram em um laudo: "morte por hepatopatia grave induzida por substâncias tóxicas".

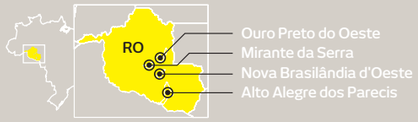
Esses casos resultaram em protestos de trabalhadores rurais que acusam os proprietários de fazendas da região de contaminação da água e cobram o fim das pulverizações aéreas. "Ao passar pela estrada, as pessoas tomavam banho de veneno. Às vezes caía em cima das casas, às vezes do lado da escola. Sempre na água que a gente bebe", diz Reginaldo Araújo, que faz parte dos protestos. O líder deles na época era o agricultor Zé Maria. "Uma vez, pedindo providências na Câmara, o Zé trouxe a água contaminada que a gente bebia e colocou para os vereadores que diziam que não fazia mal. Ninguém teve coragem de beber", diz Araújo. Em 21 de abril de 2010, Zé Maria foi assassinado com 25 tiros. Um mês depois, a Câmara voltou atrás numa lei aprovada por pressão dele em 2009, que proibia a pulverização aérea. A morte de Zé Maria deu origem ao Movimento 21 (referência ao dia do assassinato). Eles acusam um fazendeiro local de ser o mandante do crime e cobram providências da Justiça.

Como em Lucas do Rio Verde, as pesquisas não permitem estabelecer uma relação direta de causa e efeito. O que pesquisadores afirmam terem encontrado são fortes indícios da relação entre uso dos químicos e as doenças. "Temos um leque de evidências. Desde o aumento do consumo de agrotóxicos, à contaminação das águas, das pessoas", diz Rigotto. "Faremos mais estudos, mas considero que isso já seja o suficiente pra tomarmos medidas de precaução e garantir a segurança do trabalhador."



**SEQUELAS:** João Magalhães ficou 2 meses internado após intoxicação. Hoje, diz ter perdido a força e tem dificuldade de articular palavras

## PEQUENOS E VULNERÁVEIS




Pedro de Souza Lima tem os olhos fixos no chão, sentado no sofá da casa de sua filha, em Ouro Preto do Oeste, Rondônia. Ela recebe as visitas oferecendo um café, enquanto o agricultor estende a mão sem sair do lugar. "Desculpe. Já não consigo mais levantar sozinho", diz à reportagem. Com 58 anos, Pedro está sem trabalhar desde que sofreu sua última intoxicação aguda, aplicando agrotóxico na plantação de milho, em outubro de 2012. Seus pés estão inchados, tem nódulos no peito, sente fortes dores na barriga todas as tardes e leves esforços — como andar pela plantação — hoje são impossíveis. Passou por três médicos e piorou; hoje aguarda o resultado de duas biópsias que dirão se tem câncer. Com a voz fraca, tenta demonstrar algum otimismo. "O médico diz que o veneno deixou meu fígado despedaçado. Mas saio dessa e não mexo mais com isso." Pedro faz parte de uma espécie de epidemia, silenciosa nos arquivos médicos, que atinge milhares de pequenos agricultores brasileiros todos os anos.

Não se sabe ao certo quantos são esses agricultores. Os dados sobre intoxicações por agrotóxicos variam de 3,5 mil a 5,9 mil por ano, mas os especialistas são unânimes em dizer que há uma subnotificação gigantesca. Estimativas da ONU de 1996 afirmavam haver 50 casos sem registro para cada informado, mas esse dado também não é preciso. "Não tem como saber. Na maioria dos lugares do Brasil, os médicos não estão preparados para identificar uma intoxicação por agrotóxicos", diz Rosany Bochner, chefe do Sinnitox, um dos principais sistemas de notificação de intoxicação do país. O problema, explica, é que os sintomas das intoxicações agudas, como vômitos, náuseas, falta de ar e dor de cabeça são facilmente confundidos com viroses se não há uma investigação melhor do médico. "A gente percebe que o trabalhador tem problema depois de mexer com veneno e dizemos pra parar, mas não tenho perto um laboratório pra exame de toxicologia", reclama o clínico-geral Ricardo Ibanez, que atende no hospital de Ouro Preto do Oeste.

NO LESTE DE RONDÔNIA, TODOS RELATAM CONHECER ALGUÉM QUE TEVE PROBLEMAS DE SAÚDE APÓS APLICAR AGROTÓXICOS

Nas rodas de conversa ao fim de tarde na praça principal da cidade, é fácil encontrar relatos de problemas após usar os químicos. Todos conhecem alguém próximo com uma história triste para contar. Em 3 dias, a reportagem da GALILEU ouviu 20 desses depoimentos em 4 cidades da região. São agricultores que passam mal, com frequência, depois de aplicar agrotóxicos. A maior parte não chega a ir ao médico ou, quando vai, é medicada para os sintomas de mal-estar e volta pra casa sem que tenha sido investigada a possibilidade de intoxicação. Nada fica registrado. "Fica muito difícil saber realmente quanto o país gasta cuidando desses problemas de saúde", diz Rosany. O economista Wagner Ribeiro, do IBGE, tentou fazer essa conta para o estado do Paraná em sua tese de doutorado. Segundos seus cálculos, para cada dólar gasto com agrotóxicos no Estado há um custo de US$ 0,30 a US$ 1,28 com danos relacionados ao pesticida, dependendo da forma melhor ou pior de uso. "Chamamos de externalidade, pois não está no sistema de preços dos agrotóxicos. Quem acaba pagando esse custo é a sociedade", diz Ribeiro.

### Fora de controle

Em Alto Alegre dos Parecis, a 160 quilômetros de Ouro Preto do Oeste, funciona a sede local do Movimento de Pequenos

FOTO | Tiago Mali/Editora Globo

Agricultores (MPA). Valdecir Fernandes Ribeiro, 44 anos, sorri no meio da bagunça de papéis da sala acanhada, entre palavras de ordem coladas com durex na parede, frases de Che Guevara, e uma prateleira segurando sementes crioulas dentro de garrafas PET. Como representante da organização, Valdecir lidera um trabalho de estímulo à agroecologia, à produção sem químicos. Mas logo conta que, 15 anos antes, atuava no lado oposto. "Eu vendia veneno." Valdecir visitava pequenos agricultores e os convencia a comprar agrotóxicos. Como intermediário, recebia 5%.

"Não me diziam nada sobre riscos ou maneira certa de usar, e eu também não falava nada quando vendia. As pessoas se interessavam porque ajudava a capinar menos." Valdecir estocava galões de agrotóxico em casa, ao lado do quarto de seus dois filhos, Wiliam e Geovane. Um tinha um ano; o outro, três. Também usava os produtos em suas terras, para plantar feijão. Voltava pra casa banhado em veneno várias vezes e passava mal com frequência. "Sentia fraqueza e falta de ar sempre", diz. "Uma vez o veneno karatê caiu em mim que fiquei todo ardendo. Queimava tanto que precisou colocar toalha molhada nas minhas costas." Dor de estômago, de cabeça, vômito. Durante os 7 anos de uso, viveu problemas de saúde bem conhecidos na região. Seu pai, com tonturas frequentes, também aplicava de chinelo e derramava em si mesmo. O sogro até hoje revive os sintomas ao passar perto de uma aplicação de agrotóxicos.

Valdecir continuou vendendo o produto até 1997, vendo companheiros de trabalho apresentarem os mesmos problemas. "Me sinto muito envergonhado. Quando vi que as outras pessoas estavam sofrendo por causa disso... Foi um crime o que fiz", diz. Ele conta que, ao comprar os produtos, adquiriu dívidas que não conseguia pagar. O mesmo ocorreu com vários moradores da região. Dois deles, afirma, não conseguiam quitar os débitos e cometeram suicídio bebendo os produtos.

Por incrível que pareça, o suicídio por ingestão de agrotóxicos está entre os tipos de óbito mais comuns nos registros do sistema de notificações. A venda desregulada também não é herança superada. Da mesma forma como a lei obriga a ter receita médica para comprar um remédio tarja preta, também é necessário um receituário, escrito por um engenheiro agrônomo, para comprar pesticidas. A reportagem constatou que essa exigência é largamente ignorada. Na teoria, o agronômo deveria visitar a propriedade e, ao analisar o local, a terra e o cultivo, receitar qual seria a substância e a quantidade certa. A prática está longe disso. Raramente há agrônomo. Quando há nas lojas, vende o agrotóxico sem qualquer análise. A receita é mera formalidade. Mas isso não acontece só em Rondônia. Uma série de trabalhos acadêmicos tem constatado que também em regiões de Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, burlar a lei é regra, e não exceção. O Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) reconhece o problema. "Temos de melhorar a fiscalização e programas para conscientizar o agricultor", diz Luis Rangel, coordenador de agrotóxicos da pasta. De acordo com último Censo Agropecuário do IBGE, de 2006, mais da metade das propriedades rurais que usa pesticidas no Brasil não recebeu orientação agronômica.

## Desprotegidos

Nas duas vezes que Pedro de Souza Lima foi parar no hospital por intoxicação aguda, não usava equipamento de proteção. O mesmo ocorria com Valdecir e com João Pereira de Magalhães, 51 anos, dono de uma pequena propriedade em Nova Brasilândia D'Oeste, Rondônia. João fala de idas e vindas, começa histórias e as interrompe abruptamente. Conta que ficou dois meses internado após intoxicação durante aplicação do herbicida Gramocil. "Comecei a sentir fraqueza, falta de ar, tontura. Quando vi, não aguentava ficar em pé." Seu laudo médico aponta intoxicação por uso de agrotóxico. O episódio ocorreu em 1995, mas as más recordações não perderam a força. "Fiquei dias paralisado, ouvia as pessoas e não conseguia falar. Achei que ia perder as pernas, não sentia mais. Teve um dia que acordei cego e fiquei sem ver durante uma semana, foi horrível."

As lembranças permanecem no cotidiano de João. A dificuldade de articular as ideias, diz, começou depois do episódio. A seguir vieram o andar vacilante e uma sensação permanente de fraqueza. "Nunca mais consegui carregar muito peso." João diz passar por algo comum entre trabalhadores intoxicados da região: desenvolveu uma espécie de trauma. Quando passa por uma lavoura onde acaba de acontecer aplicação, sente mal-estar, náusea, ânsia de vômito. Era de se imaginar que tivesse banido o uso de pesticidas de sua vida, mas, do lado de fora da sua casa, se vê um pulverizador costal. João ainda usa agrotóxicos? "Só um pouco. Mas peço para alguém aplicar para mim."

Por que, depois de tantas experiências traumáticas, os agricultores continuam usando agrotóxicos?. E por que sem proteção? O calor dentro da roupa, uma das alegações mais ouvidas deles, não parece razoável num primeiro momento. "Não é apenas um problema pontual. O equipamento não é desenhado para a situação climática que temos no Brasil", explica Lia Giraldo. O Equipamento de Proteção Individual (EPI) completo é composto por luvas, botas e uma máscara que se assemelha a uma roupa de astronauta. "A maioria dos EPIs vendidos também é

AGROTÓXICOS SÃO LARGAMENTE VENDIDOS SEM RECEITA E USADOS SEM EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO

**MUDOU DE LADO:** Antes vendedor de agrotóxicos, Valdecir hoje faz campanha contra eles e organiza feiras orgânicas

FOTO | Tiago Mali/Editora Globo

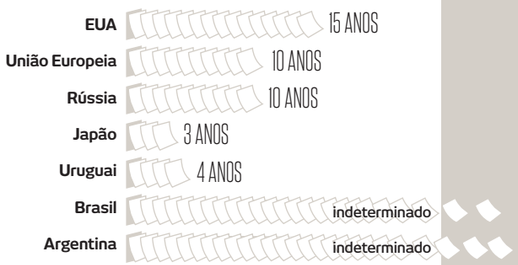
## BRASIL É DESTINO DE BANIDOS

### LENTIDÃO DE AVALIAÇÃO FAZ COM QUE PAÍS RECEBA AGROTÓXICOS PROIBIDOS LÁ FORA

Para aprovar o ingrediente ativo de um agrotóxico no Brasil, as empresas apresentam estudos que, entre outras coisas, devem provar segurança para a saúde. Só que, como as pesquisas são feitas em laboratórios com animais, é comum não detectarem riscos presentes em condições reais de uso, que vão aparecer só depois, em estudos de campo. É preciso ficar atento. Por isso, em países como os EUA, Japão ou na Europa, é exigido que, depois de um tempo de uso, seja feita uma reavaliação, e que a empresa prove de novo, agora já à luz dos estudos em condições reais, que ele continua sendo seguro. No Brasil, não existe essa reavaliação periódica.

Por aqui só se revisa um produto quando a Anvisa, com seu quadro limitado de funcionários, decide abrir um processo de reavaliação. "Só que aí há uma inversão do ônus da prova. Em vez de as empresas terem de provar novamente que o produto é seguro, é a Anvisa que tem de provar que é cancerígeno", diz Lia Giraldo, pesquisadora da Fiocruz. Por conta disso e de lentas disputas judiciais, de 14 ingredientes ativos colocados em reavaliação pela Anvisa em 2008, apenas 5 tiveram a análise concluída até agora, com 4 banidos (*veja mais no quadro Reavaliação*). Enquanto esse resultado final demora a chegar, algumas substâncias perigosas já proibidas em outros países começam a entrar mais no mercado brasileiro. Desde que a China proibiu 5 compostos em 2007, "grande parte dos estoques chineses passaram a ser enviados para o Brasil", diz documento da Anvisa. Dessa forma, alguns produtos em vias de serem proibidos pela alta toxicidade passam a ter aumento de importação no país. Foi o que aconteceu com o endossulfam e o metamidofós, recentemente proibidos pela alta toxicidade, e o paraquate, ainda em reavaliação.

## TEMPO DE VALIDADE DO REGISTRO




Fonte: Levantamento do economista Victor Pelayez, da UFPR

**SEM AGROTÓXICOS:** Américo Costa parou de usar químicos desde 1995 e passou a organizar feiras de orgânicos

inadequada. Não permite a transpiração. Naquele calor, você começa a ter uma alteração metabólica, aumenta sua inalação e frequência respiratória", continua a professora, que cita estudos mostrando que mesmo o uso do EPI não protege inteiramente os trabalhadores. O problema, no entanto, está longe de ser localizado ao calor de Rondônia. O não-uso de EPI, mostram estudos, passa por locais como Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

PRODUTORES EM SISTEMA DE AGROECOLOGIA RECLAMAM QUE, PARA CONSEGUIR CRÉDITO EM BANCO, É EXIGIDO UM RECIBO DE AGROTÓXICOS

## Por que não mudar?

Já que o pequeno agricultor não irá usar o EPI num trator com ar-condicionado, e já que há experiências bem-sucedidas de produção sem agrotóxicos na região, por que são poucos os que fazem a transição? "É muito, muito difícil. O sistema como está hoje parece feito para incentivar o uso de veneno", desabafa o Américo Costa, de Mirante da Serra (RO), que desde 1995 planta cacau, cana e açaí, entre outros cultivos, usando exclusivamente biofertilizantes e compostos naturais, como urina de vaca, para fazer controle das pestes que aparecem.

A principal dificuldade relatada por quem opta por largar os pesticidas é econômica. O crédito para plantar, dizem, é obtido com muito mais facilidade por quem tem recibo de compra de agrotóxico. "O banco, quando financia, quer garantias, né? E numa visão simplista, uma das garantias é um pacote de controle de pragas", diz Luis Rangel, do Mapa. Como muitos métodos alternativos de controles de pragas ainda não são registrados no ministério, eles acabam não liberando o dinheiro quando o agricultor diz que irá usá-los. Outra questão é a falta de paridade entre incentivos à agricultura que usa agrotóxicos e a que não usa. Iniciativas dos últimos três governos fizeram com que agrotóxicos deixassem de pagar PIS/PASEP, Cofins, IPI e tivessem ICMS reduzido em 60%. "Se esse tipo de incentivo é dado a outro modelo agrícola, você teria produção mais barata nos alimentos orgânicos", afirma Edélcio Vigna, membro do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea).

Há outro problema que desestimula a troca de modelo. Ao parar de usar químicos, agricultores afirmam que a produção imediatamente tem uma queda, de até 30%, e só se recupera em cerca de três anos. Isso porque muitos dos químicos não matam apenas a praga, mas também organismos que ajudam a planta. "Quando o solo se recupera, dá para produzir a mesma quantidade, mas demora um pouco", diz Américo. Sem incentivos, muitos agricultores endividados optam por não arriscar essa redução temporária de produtividade, mesmo após ter sofrido problemas de saúde. É quase como um dependente que não consegue fugir das drogas.

O governo promete melhorar a situação com o recém-lançado Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, que deve disponibilizar R$ 6,5 bilhões por ano para iniciativas de incentivo à produção orgânica e outras que visam reduzir o uso de agrotóxicos. O plano ainda é visto com reservas. "Nossa preocupação é fazer com que ele seja cumprido. Tirar do papel não vai ser fácil no contexto de pressão ruralista no Congresso", diz Denis Monteiro, secretário-executivo da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Se esse modelo de fato for ampliado, poderá ajudar pequenos agricultores de Rondônia e do resto do país que gostariam de produzir de outra forma, mas temem prejuízos num sistema que incentiva o uso de agrotóxicos sem regulá-los devidamente. Também seria uma conquista para Valdecir e o MPA, que podem ampliar as possibilidades de renda de quem participa de seus programas de agroecologia. Para o enfermo Pedro, serviria de um incentivo à luta por sua recuperação. Dois dias depois após a reportagem deixar Rondônia, as biópsias confirmaram sua suspeita de câncer. G

+ Entrevistas em **galileu.globo.com**

• **Cléber Folgado**, coordenador da Campanha Nacional Contra os Agrotóxicos • **Eduardo Dahler**, presidente da Andef, associação dos fabricantes • **Luis Cláudio Meirelles**, gerente da Anvisa exonerado após denunciar corrupção na entidade

# REAVALIAÇÃO

AGROTÓXICOS QUE ESPERAM DECISÃO FINAL DESDE 2008

Veja ao lado os 9 ingredientes ativos de agrotóxicos que estão em reavaliação desde 2008, mas ainda não têm resultados publicados. Para alguns deles, como o paraquate, a importação cresceu até 260% enquanto nada é decidido.

| SUBSTÂNCIA | EFEITOS MOSTRADOS POR PESQUISAS | ONDE É PROIBIDO |
|---|---|---|
| Abamectina | Tóxico para o sistema reprodutor | Europa |
| Acefato | Tóxico para o sistema nervoso (neurotoxicidade), câncer e efeitos no sistema reprodutor | Europa |
| Carbofurano | Desregulação endócrina | Europa e EUA |
| Forato | Alta toxicidade aguda e neurotoxicidade | Europa e EUA |
| Glifosato | Efeitos toxicológicos adversos | - |
| Lactofem | Câncer | Europa |
| Paraquate | Alta toxicidade aguda, relacionado a Parkinson e câncer | Europa e China |
| Parationa Metílica | Câncer, neurotoxicidade, suspeita de desregulação endócrina, mutagênico | Europa e China |
| Tiram | Mutagênico, tóxico para o sistema reprodutor, desregulação endócrina | EUA |

Fonte: Anvisa e Abrasco

# ALERTA AO CONSUMIDOR

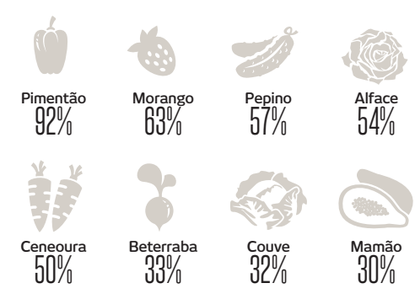
28% DOS ALIMENTOS *IN NATURA* SÃO INADEQUADOS QUANTO A AGROTÓXICOS

A Anvisa todos os anos coleta uma série de amostras de alimentos *in natura* e analisa o seu teor de agrotóxicos. A última edição do relatório (até o fechamento desta edição) considera 28% das 2.488 amostras analisadas inadequadas. Isso acontece principalmente pelo uso de substâncias não aprovadas para aquele tipo de cultivo e, em menor grau (3,6% do total de amostras), por ter sido encontrado um nível de agrotóxicos acima do limite máximo de resíduos permitido.

Os resultados não indicam que o consumidor possa passar mal e se intoxicar logo após consumir um tomate, já que são doses baixas. Especialistas divergem, no entanto, sobre problemas de longo prazo que podem aparecer pela ingestão reiterada dos químicos. Para o toxicologista Ângelo Trapé não há risco. "Há um alarmismo. A maior parte está abaixo do limite de resíduos. A dose é que faz o veneno." Outros especialistas alertam para o fato de que, em todos os alimentos, foram encontrados resíduos de mais de um químico não permitido. Só no pimentão, foram 24 ingredientes proibidos para aquele cultivo. "Não sabemos que efeito têm esses ingredientes juntos. Enquanto consumidora, não me sinto segura", afirma Raquel Rigotto, da Federal do Ceará. "Quando se trata de câncer, não há essa história de 'a dose faz o veneno', não há limite seguro de ingestão de agrotóxicos", diz Ubirani Otero, do Inca. Mas o que fazer então? "Nós do Inca não recomendamos reduzir o consumo de frutas e legumes. Há benefícios bem documentados de que eles ajudam a prevenir o câncer. Recomendamos é priorizar os orgânicos."

## OS ALIMENTOS MAIS INADEQUADOS

% de amostras inadequadas




Fonte: Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) 2010

FOTO | Tiago Mali/Editora Globo